



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

O presente estudo tem por objetivo analisar a viabilidade técnica e definir a melhor estratégia para a implementação do Centro de Desenvolvimento Econômico, conforme as diretrizes do Convênio nº 1816/2025 – SECID, Prioridade 108, SAM 93. Busca-se a solução otimizada para a reforma e ampliação de 787,36m<sup>2</sup>, garantindo que a infraestrutura proposta (novos pavimentos, áreas de eventos e acessibilidade) atenda aos requisitos de funcionalidade e interesse público pactuados

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)** descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

Informamos que recentemente, o município conquistou a 7º município mais desenvolvido do Paraná e o 14º do Brasil, conforme o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) divulgado em 8 de maio de 2025, que avalia saúde, educação e emprego e renda, se destacando no cenário microrregional, com um índice geral de 0,8646, Dois Vizinhos lidera o ranking do Sudoeste e se mantém entre as melhores cidades do Paraná, superando municípios muito maiores em população e recursos. O avanço é notório: o índice de Saúde saltou para 0,7879, enquanto a Educação alcançou impressionantes 0,8258, além disso Emprego e Renda alcançou índice de 0.9800, sendo que esses números refletem investimentos sólidos e planejados que transformam vida da população através das políticas públicas de desenvolvimento econômico.

Além disso nosso município possui um Produto Interno Bruto (PIB 2023) superior a R\$ 2 bilhões e um valor adicionado fiscal de quase R\$ 3 bilhões, crescimento: 12,67% em relação ao ano anterior, PIB per capita: R\$ 48,9 mil, (Fontes: Sebrae e IBGE), Dois Vizinhos destaca-se em setores como agropecuária, indústria de transformação e serviços. O município é também um dos maiores polos de metalomecânica, tecnologia, produção de grãos e proteína



animal do Brasil, contribuindo de forma expressiva para a economia estadual e nacional.

Salientamos que apesar de nosso município hoje se destacar regionalmente em vários setores da economia regional e possui índices de crescimento expressivos, nosso município ainda não possui um espaço físico e funcional que propicie a inclusão da sociedade geral, com a finalidade de impulsionar por meio de ideias, treinamentos profissionalizantes e outras ações, o crescimento econômico do município.

Portanto as necessidades vistas são:

- Falta de infraestrutura para apoiar novos empreendimentos.
- Dificuldade de acesso a capacitação técnica e gerencial.
- Carência de espaços colaborativos e de inovação.
- Necessidade de atrair investimentos e dinamizar a economia local.

Neste o município viu a necessidade de dispor e melhorar um espaço criando um espaço físico e funcional voltado para impulsionar o crescimento econômico local e regional, promovendo inovação, empreendedorismo, qualificação profissional e geração de emprego e renda.

Este espaço visa oferecer:

- Infraestrutura para negócios onde startups ou empresa possam oferecer palestras ou treinamentos.
- Promover laboratórios em ambientes colaborativos para o desenvolvimento de novos produtos e serviços.
- Apoiar pesquisas aplicadas e parcerias entre universidades, empresas e o poder público.
- Estimular o uso de tecnologias sustentáveis e práticas modernas de gestão. capacitação e formação profissional
- Ministras treinamento e qualificação voltados às demandas do mercado local.
- Promover cursos, workshops e eventos sobre empreendedorismo, gestão e inovação.
- Servir como ponto de encontro entre empreendedores, investidores, instituições de ensino e governos.
- Facilitar políticas de incentivo econômico e atração de investimentos.



- Estimular a criação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do comércio local.
- Estimular o crescimento equilibrado, com geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida.
- Valorizar recursos e potenciais locais, reduzindo desigualdades econômicas.

Em resumo, a obra de um Centro de Desenvolvimento Econômico tem como finalidade criar condições estruturais e institucionais para dinamizar a economia, fortalecer a inovação e promover o progresso social e econômico de uma localidade.

## **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA**

**(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

Considerando a necessidade de implantação de um Centro de Desenvolvimento Econômico destinado à realização de atividades institucionais, eventos, capacitações, feiras, reuniões e demais ações voltadas ao fortalecimento econômico do Município, a Administração realizou levantamento de mercado e análise comparativa das possíveis soluções disponíveis para atendimento da demanda.

Foram analisadas as seguintes alternativas:

### **• Utilização de imóveis públicos já existentes**

Foi realizado levantamento de imóveis pertencentes ao Município que pudessem atender integralmente à finalidade pretendida. Contudo, não foram identificados espaços públicos com configuração física adequada para implantação imediata do Centro de Desenvolvimento Econômico, especialmente em relação:

- à capacidade de ampliação;
- à implantação de áreas destinadas a eventos e feiras;
- às condições de acessibilidade;
- à adequação às normas técnicas vigentes;
- e à infraestrutura necessária para funcionamento administrativo e institucional.

**• Locação de imóveis privados**

Também foi realizada sondagem quanto à disponibilidade de imóveis para locação no município. Entretanto, verificou-se que os espaços existentes no mercado local não apresentam configuração técnica compatível com as necessidades previstas no convênio, especialmente quanto:

- à existência de ambientes amplos e integrados;
- à possibilidade de instalação de áreas de eventos e capacitação;
- à infraestrutura adequada para atendimento institucional;
- e à viabilidade de adaptação às exigências técnicas do projeto.

Além disso:

- diversos imóveis demandariam reformas estruturais de grande porte;
- haveria custos permanentes com aluguel e manutenção;
- e os investimentos realizados não resultariam em incorporação patrimonial ao Município.

Dessa forma, a solução mostrou-se economicamente menos vantajosa a médio e longo prazo.

**• Aquisição de terreno para construção de nova edificação**

A Administração também avaliou a aquisição de terreno urbano para implantação integral do empreendimento. Contudo, esta alternativa mostrou-se menos vantajosa em razão:

- do elevado custo de aquisição imobiliária;
- da necessidade de implantação completa de infraestrutura;
- do aumento significativo do valor global do investimento;
- e da ampliação do prazo necessário para execução do empreendimento.

**• Reforma e ampliação de imóvel público municipal existente**

Após análise das alternativas, verificou-se que a solução mais vantajosa consiste na utilização de imóvel já pertencente ao Município de Dois Vizinhos, o qual apresenta:

- localização com fácil acesso;
- integração adequada à malha urbana;
- infraestrutura básica já existente;



- viabilidade técnica para reforma e ampliação;
- e condições adequadas para implantação dos ambientes previstos no convênio.

A proposta contempla:

- reforma de áreas existentes;
- ampliação da edificação;
- implantação de áreas para eventos e feiras;
- adequações de acessibilidade;
- e modernização da estrutura física para atendimento das finalidades institucionais do Centro de Desenvolvimento Econômico.

• **Justificativa técnica e econômica da solução adotada**

A reforma e ampliação do imóvel público municipal mostrou-se a alternativa técnica e economicamente mais adequada, considerando que:

- aproveita estrutura já existente e pertencente ao Município;
- reduz custos globais de implantação;
- evita despesas contínuas com locação;
- dispensa aquisição de novo imóvel;
- possibilita maior celeridade na execução;
- otimiza a utilização do patrimônio público;
- e atende de forma mais eficiente às necessidades previstas no convênio.

Diante disso, conclui-se que a solução adotada atende ao interesse público, apresentando maior viabilidade técnica, econômica e operacional para implantação do Centro de Desenvolvimento Econômico.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

**A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?**

Sim (X)

Não ( ) (justificar)

Sim. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão se beneficiar do regime do Simples Nacional, desde que atendidos os requisitos



da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada sua participação em licitações, nos termos dos arts. 47 e 48 da referida lei e em observância aos princípios da isonomia e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que, para atividades de construção civil, em regra enquadradas no Anexo IV do Simples Nacional, a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) não integra o DAS, devendo ser recolhida separadamente, conforme legislação vigente.

Dessa forma, o edital deverá observar o adequado tratamento tributário e as eventuais retenções legais aplicáveis, sem impor restrições indevidas à participação de empresas optantes pelo Simples Nacional.

#### **Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?**

Sim (x)

Não ( )

Sim. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a soma de capacidades técnicas e econômico-financeiras.

A medida contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da responsabilidade solidária das consorciadas pela execução do objeto.

#### **Poderá participar Sociedades Cooperativas?**

Sim (x)

Não ( )

Sim. Será admitida a participação de sociedades cooperativas, desde que atendam aos requisitos legais e comprovem capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A medida amplia a competitividade do certame, observados os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **Da vedação à subcontratação**

Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, em razão da natureza integrada da obra, que exige execução contínua, padronização de qualidade e responsabilização única, bem como em observância às disposições do convênio ao qual a obra está vinculada, que não permite a subcontratação.

A subcontratação pode gerar riscos de incompatibilidades técnicas, dificuldades de fiscalização e comprometimento do cronograma, razão pela qual



a contratada deverá executar diretamente todos os serviços, mantendo responsabilidade integral pela obra.

### **Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços**

Não se mostra aplicável a adesão à Ata de Registro de Preços para a presente contratação, tendo em vista tratar-se de obra de engenharia com características específicas, projeto próprio e execução integrada.

A natureza do objeto exige contratação global, com responsabilidade única pela execução de todos os serviços interdependentes, não sendo adequada a contratação de serviços de forma individualizada ou fragmentada por meio de atas de registro de preços.

Além disso, obras públicas demandam planejamento detalhado, orçamento próprio, compatibilização de projetos e vinculação a convênio específico, o que inviabiliza sua padronização e replicação por meio de registros de preços, reforçando a necessidade de realização de procedimento licitatório próprio.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)** justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Após análise das características do objeto, conclui-se que a contratação da obra de reforma e ampliação do Centro de Desenvolvimento Econômico não deve ser parcelada.

Embora, em tese, o objeto possa ser dividido em etapas (como serviços estruturais, instalações e acabamentos), verifica-se que tais serviços possuem natureza integrada e interdependente, conforme definido nos projetos e memoriais descritivos, exigindo coordenação técnica unificada e execução sequencial sob responsabilidade de um único contratado.

O parcelamento da contratação poderia acarretar prejuízos à eficiência da execução, com aumento dos riscos de incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade entre diferentes executores, dificuldades na fiscalização contratual, além de potenciais atrasos e comprometimento da qualidade final da obra.

Sob o aspecto econômico, a contratação integral mostra-se mais vantajosa, ao evitar a duplicidade de mobilização de canteiro de obras, equipes técnicas,





equipamentos e encargos administrativos, reduzindo custos indiretos e mitigando riscos de sobrepreço e retrabalho.

Ademais, o não parcelamento não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o objeto se enquadra em serviços usualmente executados por empresas do ramo da construção civil com capacidade técnica compatível, assegurando a ampla participação de interessados e observância aos princípios da isonomia, eficiência, economicidade e do interesse público.

Dessa forma, o não parcelamento da contratação constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, garantindo a qualidade, a eficiência e a responsabilização integral pela execução do objeto.

#### **4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação foi elaborada com base nos projetos arquitetônicos, memoriais descritivos e estudos técnicos preliminares, considerando a demanda funcional do Centro de Desenvolvimento Econômico e a adequada utilização dos espaços.

A intervenção contempla:

- Reforma de edificação existente: **167,14 m²**
- Ampliação de área construída (edificação fechada): **500,10 m²**
- Ampliação de cobertura externa (área para eventos e feiras): **120,12 m²**

Totalizando uma área global de **787,36 m²**.

O dimensionamento das áreas foi definido a partir da necessidade de implantação de ambientes compatíveis com as atividades propostas, incluindo espaços para capacitação, salas multiuso, áreas administrativas, ambientes colaborativos, sanitários e áreas destinadas à realização de eventos e feiras, conforme previsto no programa de necessidades do empreendimento.

As quantidades estimadas consideram ainda a interdependência entre os ambientes projetados, de modo a garantir funcionalidade, acessibilidade e eficiência na utilização do espaço, evitando subdimensionamento ou superdimensionamento da edificação.





Destaca-se que a execução integrada da obra, contemplando reforma e ampliação em um único contrato, possibilita ganhos de escala na mobilização de recursos, otimização de insumos e racionalização dos custos indiretos, contribuindo para maior economicidade na contratação.

Os quantitativos apresentados encontram-se devidamente fundamentados nos documentos técnicos que compõem o processo, os quais servirão de base para a elaboração do orçamento estimativo e demais peças da contratação.

## **5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em planilha orçamentária detalhada, fundamentada nos projetos técnicos, memoriais descritivos e demais documentos que compõem o presente estudo, contemplando todos os serviços, insumos e etapas necessários à execução integral da obra.

O valor global estimado da contratação é de **R\$ 2.467.439,60** (dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

Para a composição dos custos, foram adotadas como referências principais as tabelas oficiais do **SINAPI (abril/2025)** e **DER/PR (março/2025)**, na condição “sem desoneração”, consideradas como data-base do orçamento, complementadas, quando necessário, por cotações de mercado para itens não contemplados nas referidas bases, assegurando a compatibilidade dos preços com as condições reais do mercado.

A planilha orçamentária e os demais documentos técnicos **contemplam** a discriminação dos serviços, quantitativos, custos unitários, composições de preços, encargos sociais e BDI, observando as boas práticas de engenharia e as diretrizes aplicáveis às obras públicas.

Destaca-se que o valor por metro quadrado da obra, estimado em aproximadamente **R\$ 3.133,81/m²**, foi obtido pela relação entre o valor global estimado e a área total da edificação, sendo apresentado apenas como referência auxiliar de compatibilidade com empreendimentos de natureza semelhante.



Os documentos que subsidiam a estimativa de custos, incluindo planilhas detalhadas e memórias de cálculo, integram o processo administrativo, podendo ser classificados como sigilosos até a conclusão do certame, nos termos da legislação vigente.

## **6. ANÁLISE DOS RISCOS**

**(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)** a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A presente análise de riscos considera as etapas de planejamento, contratação e execução da obra de engenharia destinada à reforma e ampliação com construção para centro de desenvolvimento econômico com área total de 787,36m<sup>2</sup>. O projeto prevê a construção de dois novos pavimentos, com salão, varanda, instalações sanitárias, hall, living e escada; bem como a reforma e ampliação de área existente, para salão e salas; contemplando ainda a implantação de cobertura destinada à utilização em feiras e eventos, com recursos oriundos do Convênio nº 1816/2025 – SECID, Prioridade 108, SAM 93

A avaliação busca identificar eventos que possam comprometer o sucesso da licitação, a adequada execução contratual e a entrega do empreendimento em condições plenas de funcionamento, considerando a natureza integrada da obra e sua relevância social.

### **Impacto e Nível de Risco**

Classificação adotada:

- ● Baixo
- ● Médio
- ● Alto

O nível de risco será determinado com base na combinação entre a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial sobre o objeto contratado, especialmente quanto a prazo, custo, qualidade, segurança e capacidade de operação do centro de desenvolvimento econômico.



Risco Identificado	Dano Potencial	Probabilidade	Ações Preventivas	Ações de Contingência	Impacto	Nível de Risco
Projeto incompleto/inconsistente	Retrabalho, aditivos, atrasos e aumento de custos	Média	Compatibilização multidisciplinar, revisão técnica e validação de quantitativos	Revisão formal de projetos e reprogramação do cronograma	Alto	Alto
Incompatibilidade entre projetos	Falhas construtivas, riscos sanitários e necessidade de retrabalho	Média	Checklist de interfaces e validação prévia de sistemas críticos	Paralisação pontual e correção com projeto revisado	Alto	Alto
Condições geotécnicas imprevistas	Alterações de fundação, custos adicionais e atrasos	Baixa/Média	Sondagens e laudos prévios adequados	Revisão de fundação e ajustes contratuais	Médio	Médio
Eventos climáticos adversos	Atrasos e danos ao canteiro	Média	Planejamento por sazonalidade e drenagem provisória	Reprogramação e reforço de frentes de trabalho	Médio	Médio
Interferências com redes existentes	Paralisações e custos adicionais	Média	Levantamento prévio e consulta a concessionárias	Adequações de projeto e acionamento das concessionárias	Médio	Médio
Atrasos em licenças	Impedimento de execução/operação	Média	Protocolos antecipados e acompanhamento	Adequações e novos protocolos	Alto	Alto
Variação de preços de insumos	Desequilíbrio econômico e atrasos	Média/Alta	Orçamento atualizado e planejamento de compras	Substituições equivalentes e reprogramação	Alto	Alto
Baixa qualidade de execução	Patologias construtivas e perda de durabilidade	Média	Fiscalização rigorosa e ensaios técnicos	Refazimento e aplicação de penalidades	Alto	Alto
Falhas de impermeabilização	Infiltrações e degradação	Média	Projeto detalhado e testes de estanqueidade	Correções e reforço de garantias	Médio	Médio
Acidentes de trabalho	Paralisação e riscos humanos	Média	PGR/PCMAT, EPIs e treinamentos	Interrupção e correção imediata	Alto	Alto
Baixa produtividade da contratada	Atrasos no cronograma	Média	Planejamento e monitoramento contínuo	Reforço de equipe e sanções	Médio	Médio
Falhas em sistemas prediais	Risco operacional e reprovação em vistorias	Média	Testes e comissionamento técnico	Correções e substituições	Alto	Alto



Não atendimento à acessibilidade	Impedimento de uso e ajustes obrigatórios	Baixa/Média	Verificação conforme normas técnicas	Adequações antes da entrega	Médio	Médi o
Gestão inadequada de resíduos	Multas e impactos ambientais	Baixa/Média	Plano de gerenciamento de resíduos	Correções e regularização imediata	Médio	Médi o
Orçamento subestimado	Aditivos e questionamentos	Baixa/Média	Revisão e validação da planilha	Ajustes antes da licitação	Médio	Médi o

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)** descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Com base nas análises realizadas, a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na reforma e ampliação de edificação existente, com a finalidade de implantação de um Centro de Desenvolvimento Econômico.

A intervenção contempla a execução de serviços de engenharia necessários à adequação completa da edificação, incluindo reforma da estrutura existente, ampliação da área construída, execução de novos pavimentos, implantação de cobertura para eventos, além da adequação dos sistemas elétricos, hidrossanitários e de acessibilidade, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

A solução prevê a criação de ambientes funcionais e integrados, tais como salas multiuso, espaços para capacitação e treinamentos, áreas administrativas, ambientes colaborativos, sanitários, áreas de circulação e espaços destinados à realização de eventos, feiras e atividades institucionais, conforme definido nos projetos técnicos e memoriais descritivos.

Serão observados, ainda, critérios de segurança, acessibilidade universal, conforto ambiental e eficiência no uso dos espaços, garantindo a funcionalidade e a adequada utilização da edificação ao longo de sua vida útil.

No que se refere à manutenção, a solução adotada considera a utilização de materiais e sistemas construtivos compatíveis com as práticas usuais de manutenção predial, de modo a permitir a conservação adequada da edificação, incluindo serviços periódicos de inspeção, manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, hidrossanitárias, cobertura e demais elementos construtivos.



Quanto à assistência técnica, a contratada será responsável pela execução integral da obra, devendo garantir a qualidade dos serviços prestados, observando os prazos legais de garantia e responsabilizando-se por eventuais correções decorrentes de falhas de execução, conforme previsto na legislação vigente e no contrato.

A solução proposta permitirá a implantação de um equipamento público moderno, funcional e adequado às necessidades do município, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento econômico local e regional, com geração de emprego, renda e incentivo à inovação.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**

Qualificação técnica geral

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (empresa) com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

b) Certidão de Registro de Pessoa Física (Profissional) com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

c) Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa (através da apresentação de carteira de trabalho e previdência social ou ficha de registro de empregados) ou;

d) Se o profissional não for integrante ao quadro de funcionários (apresentar contrato de trabalho ou ainda documento de indicação de profissional, este documento deve conter minimamente os dados dos profissionais e pessoais do profissional indicado indicando o certame a ser concorrido, neste documento deve haver anuência do profissional indicado,

a. lembrando que os acervos técnicos apresentados deverão estar em nome do profissional indicado.

b. O documento de indicação de profissional na fase de habilitação será aceito, porem para fase de contratação ou assinatura do contrato a licitante deve apresentar do profissional indicado na fase de habilitação a comprovação de que



o profissional já está em seu quadro de funcionários seja por contrato de trabalho, carteira de trabalho e previdência social ou ficha de registro de empregados.

e) Em casos onde o profissional detentor do atestado de capacidade técnica for de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).

#### Qualificação Técnico-Operacional

f) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de obra de engenharia similar, admitido o somatório, contemplando no mínimo:

a. Construção de Edificações em Alvenaria e Concreto Armado com Cobertura em Estrutura Metálica, com área mínima de 393,68 m<sup>2</sup>;

g) Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU, não sendo admitidos documentos sem a devida validação pelo conselho profissional competente;

h) Apresentação de relação de disponibilidade de máquinas, equipamentos e veículos necessários à execução da obra, devidamente assinada pelo responsável legal e técnico, com declaração de sua efetiva disponibilidade durante a execução contratual.

i) Declaração formal da empresa de pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução da obra;

j) Declaração formal da empresa de pleno conhecimento dos projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentarias e outros que compõem o projeto do empreendimento;

#### Qualificação Técnico-Profissional

k) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional(is) indicado(s), comprovando a execução de obra de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação;

l) Deverá ser apresentada declaração de disponibilidade ou compromisso de futura contratação, com anuência expressa do profissional.



m) Declaração formal do profissional indicado de pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução da obra;

n) Declaração formal do profissional indicado de pleno conhecimento dos projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentarias e outros que compõem o projeto do empreendimento;

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações passadas pela fiscalização.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada por futuros problemas resultantes da incorreta execução do contrato.

A Contratada deverá:

- assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços a serem executados.
- executar os serviços de forma direta, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
- prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.
- executar, fielmente os serviços, de acordo com as especificações e exigências da fiscalização, não se admitindo modificações projetuais sem prévia consulta e concordância da Contratante.
- executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios definidos no cronograma, possíveis alterações no cronograma deverão ser solicitados com antecedência e aprovados junto ao contratante.
- Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- Manter durante a execução o diário de obras, anotação de responsabilidade técnica, alvará de construção e outras documentações





pertinentes afins de garantir assiduidade na fiscalização por parte de entidades como o CREA PR.

- pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexos causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

#### INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

( ) SIM

(x) NÃO

### 9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Os requisitos de habilitação estabelecidos no presente estudo técnico preliminar foram definidos em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade, bem como à necessidade de garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021.

As exigências de qualificação técnica foram delimitadas com base nas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto, restringindo-se ao estritamente necessário para assegurar a adequada



execução da obra, conforme entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, no sentido de que a Administração deve exigir apenas requisitos indispensáveis e diretamente vinculados ao objeto licitado, vedadas exigências excessivas ou desarrazoadas que comprometam a competitividade do certame.

A exigência de registro da empresa e dos profissionais junto ao CREA e/ou CAU constitui requisito legal indispensável à execução de serviços de engenharia, assegurando a responsabilização técnica e a regularidade do exercício profissional.

A comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa licitante visa garantir a efetiva disponibilidade do profissional durante a execução contratual, evitando a indicação meramente formal e assegurando a responsabilização técnica contínua, em consonância com o entendimento de que a qualificação técnico-profissional deve refletir capacidade real de execução.

No tocante à qualificação técnico-operacional, a exigência de atestados em nome da empresa, acompanhados de Certidão de Acervo Técnico (CAT), demonstra-se pertinente e proporcional, uma vez que visa comprovar experiência prévia na execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade, especialmente no que se refere às parcelas mais relevantes da obra, tais como execução de estruturas em concreto armado, cobertura metálica e demais sistemas integrados da edificação.

A exigência de quantitativo mínimo encontra-se tecnicamente justificada e limitada ao necessário para evidenciar capacidade operacional da empresa, não configurando restrição indevida à competitividade, conforme reiteradamente assentado em decisões do TCE-PR.

As declarações de conhecimento das condições locais, projetos e especificações técnicas visam mitigar riscos contratuais, prevenindo alegações futuras de desconhecimento e contribuindo para a adequada formação das propostas, em alinhamento com boas práticas de planejamento das contratações públicas.

Quanto à qualificação técnico-profissional, a exigência de apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do(s) profissional(is) indicado(s) revela-se medida necessária para comprovar a experiência individual na condução de obras de complexidade equivalente, garantindo que a execução esteja sob responsabilidade de profissional habilitado e experiente.

Registra-se, por fim, que os requisitos estabelecidos guardam pertinência direta com o objeto, são proporcionais à sua complexidade e não ultrapassam o limite do necessário à garantia da execução contratual, não havendo imposição



de condições restritivas injustificadas, em consonância com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

## **10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**

**(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)** descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A execução da obra de construção do Centro de Desenvolvimento Econômico poderá gerar impactos ambientais inerentes às atividades da construção civil, os quais possuem caráter temporário, localizado e passível de mitigação mediante a adoção de medidas preventivas e corretivas adequadas. Dentre os principais impactos potenciais destacam-se a geração de resíduos da construção civil, emissão de poeira e ruídos, consumo de água e energia, movimentação de solo, utilização de recursos naturais e possíveis interferências temporárias no entorno da obra.

Em observância aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência, da economicidade e da responsabilidade socioambiental previstos na Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá contemplar a adoção de práticas construtivas sustentáveis, cabendo à empresa contratada a implementação, monitoramento e comprovação das medidas necessárias à prevenção, mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

A contratada deverá observar integralmente a legislação ambiental vigente, as normas técnicas aplicáveis e as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, adotando, no mínimo, as seguintes medidas:

### **I – Gestão dos Resíduos da Construção Civil (RCC)**

**Impacto:** geração de entulhos, sobras de materiais, embalagens e demais resíduos provenientes das atividades construtivas.

**Medidas mitigadoras:** elaboração e execução das ações de gerenciamento de resíduos da construção civil, promovendo a segregação dos materiais por classe, acondicionamento adequado, reutilização e reciclagem sempre que possível, transporte por empresa devidamente habilitada e destinação final ambientalmente adequada, mantendo registros comprobatórios para fins de fiscalização.

### **II – Controle de Emissão de Poeira, Ruídos e Vibrações**



**Impacto:** desconforto à população do entorno, emissão de material particulado e ruídos decorrentes das atividades de obra.

**Medidas mitigadoras:** umidificação de áreas sujeitas à dispersão de poeira, cobertura de cargas transportadas, manutenção preventiva dos equipamentos, observância dos horários permitidos para execução dos serviços e adoção de boas práticas de organização do canteiro.

### **III – Proteção do Solo e dos Sistemas de Drenagem**

**Impacto:** carreamento de sedimentos, obstrução de dispositivos de drenagem e degradação localizada do solo.

**Medidas mitigadoras:** implantação de mecanismos de contenção de sedimentos, proteção de bocas de lobo e galerias pluviais, armazenamento adequado de materiais, estabilização de áreas expostas e limpeza periódica das áreas de circulação.

### **IV – Uso Racional de Água e Energia**

**Impacto:** consumo excessivo de recursos naturais durante a execução da obra.

**Medidas mitigadoras:** adoção de práticas de controle de consumo, combate ao desperdício, manutenção das instalações provisórias, utilização racional dos recursos e monitoramento contínuo das demandas do canteiro.

### **V – Aquisição de Materiais e Insumos Sustentáveis**

**Impacto:** aumento da geração de resíduos e redução da eficiência ambiental ao longo do ciclo de vida da edificação.

**Medidas mitigadoras:** priorização, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajosa, de materiais duráveis, recicláveis, reutilizáveis ou com conteúdo reciclado, bem como produtos que apresentem maior vida útil, menor necessidade de manutenção e melhor desempenho ambiental.

### **VI – Eficiência Energética e Sustentabilidade da Edificação**

**Impacto:** aumento do consumo energético durante a operação futura da edificação.

**Medidas mitigadoras:** adoção de soluções construtivas e sistemas que favoreçam a eficiência energética, o aproveitamento da iluminação e ventilação naturais, bem como a especificação de equipamentos e componentes com desempenho compatível com as necessidades da edificação e com os princípios da sustentabilidade.

**VII – Conformidade Técnica e Qualidade dos Materiais**

**Impacto:** utilização de materiais inadequados ou de baixa qualidade, comprometendo o desempenho e a durabilidade da edificação.

**Medidas mitigadoras:** exigência de atendimento às normas técnicas da ABNT, regulamentos do Conmetro/Inmetro e demais requisitos legais aplicáveis, garantindo níveis adequados de segurança, desempenho, durabilidade e proteção ambiental.

**VIII – Logística Reversa e Destinação Ambientalmente Adequada**

**Impacto:** descarte inadequado de materiais, embalagens e componentes utilizados na obra.

**Medidas mitigadoras:** observância dos sistemas de logística reversa previstos na legislação aplicável, com devolução, reaproveitamento ou destinação ambientalmente adequada de embalagens, materiais e resíduos passíveis de retorno aos fabricantes, distribuidores ou recicladores autorizados.

A responsabilidade pela execução, monitoramento e comprovação documental das medidas ambientais previstas será integralmente da empresa contratada, cabendo à Administração Pública acompanhar e fiscalizar a conformidade das ações adotadas durante a execução contratual.

**Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV**

Para a presente contratação, não se verifica a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). O empreendimento consiste na construção de Centro de Desenvolvimento Econômico em área urbana regularmente inserida no planejamento municipal, compatível com o uso pretendido e dotada de infraestrutura básica adequada para atendimento da demanda prevista.

Destaca-se que o empreendimento foi submetido à análise e aprovação dos órgãos competentes, incluindo os setores técnicos municipais e os órgãos estaduais responsáveis pela validação dos projetos financiados, não tendo sido identificada exigência legal ou técnica para elaboração de EIV.

Considerando a natureza da intervenção, seu porte, a compatibilidade urbanística da área e as medidas de controle ambiental previstas para a fase de execução da obra, conclui-se que eventual exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança seria desproporcional ao objeto da contratação, não agregando benefícios técnicos ou ambientais relevantes.



Eventuais impactos locais decorrentes da execução da obra serão adequadamente tratados por meio das medidas de gestão ambiental, controle operacional do canteiro e fiscalização contratual previstas nos documentos técnicos que integram a contratação.

## **11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)** demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A reforma e ampliação da edificação existente destinada à implantação do Centro de Desenvolvimento Econômico tem como finalidade gerar benefícios estruturais, sociais e econômicos relevantes para o Município e sua região de influência, promovendo a melhoria das condições de atendimento às demandas relacionadas ao desenvolvimento produtivo, à inovação e à qualificação profissional.

No que se refere à infraestrutura, pretende-se a recuperação, adequação e ampliação da edificação existente, de modo a garantir condições apropriadas de segurança, acessibilidade, funcionalidade e conforto aos usuários. A intervenção possibilitará a criação de novos ambientes, incluindo salas de capacitação, áreas administrativas, auditório, espaços de atendimento ao público e ambientes voltados à inovação, assegurando maior eficiência no uso do espaço público.

Sob a perspectiva do desenvolvimento econômico, o empreendimento permitirá a implantação de um ambiente integrado e estruturado para a promoção de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, à inovação tecnológica e ao fortalecimento de pequenos negócios. O espaço será apto a sediar reuniões institucionais, ações governamentais e iniciativas de articulação entre o poder público, o setor produtivo e instituições de ensino.

Espera-se, ainda, a ampliação da capacidade de oferta de serviços à população, com incremento quantitativo e qualitativo de cursos, treinamentos e atividades de qualificação profissional, ampliando o atendimento a empreendedores, trabalhadores e estudantes, e contribuindo para a inclusão produtiva e o fortalecimento da economia local.

Do ponto de vista socioeconômico, a implantação do Centro de Desenvolvimento Econômico contribuirá para o estímulo à geração de emprego e renda, por meio da formação de mão de obra qualificada e da criação de



condições favoráveis à atração de investimentos, ao fortalecimento das cadeias produtivas e à dinamização da economia regional.

Adicionalmente, o projeto tende a produzir impactos sociais positivos e duradouros, mediante a disponibilização de um equipamento público de uso coletivo voltado à promoção da cidadania, da inovação e da educação continuada, bem como à redução de desigualdades por meio da ampliação do acesso a oportunidades de capacitação e desenvolvimento.

Por fim, destaca-se que a solução adotada contribui para a sustentabilidade e a otimização do uso do patrimônio público, uma vez que prioriza o aproveitamento de edificação existente, reduzindo custos e impactos ambientais quando comparada à construção de uma nova unidade, além de promover a valorização e requalificação do espaço urbano.

## **12. REGIME DE FORNECIMENTO**

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de execução adotado para a presente contratação será o de **empreitada por preço global**, considerando que o objeto consiste na execução integral da obra de reforma e ampliação do Centro de Desenvolvimento Econômico, cujo escopo encontra-se previamente definido por meio de projetos técnicos, memoriais descritivos, especificações e planilha orçamentária de referência.

Tal regime revela-se tecnicamente adequado, na medida em que possibilita a contratação do empreendimento por preço certo e total, conferindo maior previsibilidade orçamentária, controle dos limites de despesa e objetividade na análise e comparação das propostas apresentadas pelos licitantes.

Adicionalmente, a adoção da empreitada por preço global assegura a responsabilização integral da contratada pela execução do objeto, compreendendo a adequada compatibilização dos projetos, a observância da sequência construtiva e a entrega final da edificação em condições de pleno funcionamento, em conformidade com os parâmetros técnicos estabelecidos.

Ressalta-se, ainda, que esse regime contribui para a redução de riscos relacionados à fragmentação da execução, à ocorrência de conflitos de interface entre etapas construtivas e à necessidade de alterações contratuais indevidas, favorecendo maior eficiência na gestão contratual, no cumprimento do





cronograma físico-financeiro e na obtenção do resultado pretendido com segurança técnica e jurídica.

Dessa forma, conclui-se que o regime de execução adotado se mostra compatível com a natureza do objeto, economicamente vantajoso e alinhado às boas práticas de governança, atendendo plenamente ao interesse público.

### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Para a adequada execução contratual, a Administração adotará as providências necessárias à formalização da gestão e fiscalização do contrato, nos termos da legislação vigente.

Verifica-se que não há necessidade de implementação de medidas estruturais adicionais ou capacitações específicas, tendo em vista que os servidores designados para atuar na gestão e fiscalização do contrato possuem experiência e conhecimento técnico compatíveis com a complexidade do objeto, estando aptos ao desempenho de suas atribuições.

Ainda assim, a Administração assegurará que a atuação dos agentes envolvidos observe as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as normas internas aplicáveis, especialmente no que se refere ao acompanhamento da execução, registro de ocorrências, medição de serviços e recebimento do objeto.

Dessa forma, considera-se que a Administração dispõe das condições necessárias para assegurar a adequada gestão e fiscalização do contrato, não sendo identificadas, nesta fase, outras providências relevantes a serem adotadas previamente à sua celebração.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber



Fiscal Recebimento/Execução:	de	Raul Zanella
Fiscal Técnico:		Raul Zanella
Suplentes:		Marcio Trentini

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

#### **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**

**(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

No âmbito do planejamento da presente contratação, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias à viabilização do objeto.

A execução da obra de reforma e ampliação do Centro de Desenvolvimento Econômico será realizada de forma integral, contemplando todos os serviços, etapas e sistemas construtivos indispensáveis ao pleno funcionamento da edificação, conforme definido nos projetos técnicos, memoriais descritivos e planilha orçamentária.

Ressalta-se que o objeto foi estruturado de modo a abranger, em um único contrato, todas as intervenções necessárias à sua completa execução, não havendo dependência de contratações paralelas ou complementares para que o empreendimento atinja sua finalidade pública.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta caráter autônomo, sendo suficiente, por si só, para atender à necessidade administrativa identificada.

#### **15. ALINHAMENTO COM O PAC**

**(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)** demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente à época de sua elaboração, tendo em vista que sua viabilização esteve condicionada à formalização de convênio com o Governo do Estado,



cujas definições ocorreram após a consolidação do referido instrumento de planejamento.

Destaca-se que os recursos decorrem de transferências de caráter não previsível, o que inviabilizou sua inclusão prévia no PCA. Ademais, a demanda exigiu amadurecimento técnico posterior para definição das soluções de engenharia.

Não obstante, trata-se de contratação de relevante interesse público, cuja realização tornou-se necessária após a confirmação da fonte de financiamento.

Registra-se que a Administração deverá promover o devido registro da presente contratação no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, como medida de alinhamento ao planejamento institucional e de aperfeiçoamento contínuo da governança das contratações públicas.

Dessa forma, a ausência de previsão inicial no PCA encontra-se devidamente justificada, permanecendo assegurado o atendimento aos princípios do planejamento, legalidade e eficiência.

#### **16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☒ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

A adoção da forma global justifica-se em razão da natureza integrada do objeto, que envolve a execução de serviços interdependentes e sequenciais, cuja fragmentação poderia comprometer a eficiência, a qualidade e o resultado final da obra, além de aumentar os riscos de incompatibilidades técnicas e conflitos de responsabilidade.

#### **17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☐ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☒ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia



A contratação para reforma e ampliação do Centro de Desenvolvimento Econômico configura-se como serviço comum de engenharia, nos termos do §3º do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto possui projetos básico e executivo previamente definidos e adota soluções técnicas usuais, padronizadas e amplamente difundidas no mercado, não demandando inovações tecnológicas complexas ou soluções de elevada especialização.

O objeto apresenta metodologia executiva consolidada, fundamentada nas normas técnicas vigentes, com baixa variabilidade tecnológica, permitindo a descrição precisa das exigências no instrumento convocatório e a comparação objetiva das propostas.

Ademais, a natureza do empreendimento — consistente na reforma e ampliação de edificação pública — alinha-se às diretrizes de padronização, eficiência e racionalização das contratações públicas, sendo compatível com o enquadramento como serviço comum de engenharia, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

- ( ) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- (x) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ( ) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto da contratação é classificado como serviço não contínuo ou por escopo, tendo em vista tratar-se de execução com início e término definidos, voltada à entrega de resultado específico e mensurável.

Diferentemente dos serviços contínuos, não se trata de necessidade permanente da Administração, mas de demanda pontual, vinculada a projeto previamente estabelecido, cuja conclusão encerra a obrigação contratual.

## **18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Será exigida garantia de execução contratual, a ser prevista no edital, como medida de proteção ao interesse público, em razão do porte, complexidade e relevância do objeto, consistente na reforma e ampliação do Centro de Desenvolvimento Econômico.

A exigência da garantia tem por finalidade resguardar a Administração Pública contra eventuais prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações



contratuais, tais como atrasos na execução, falhas construtivas, inexecução parcial ou total do objeto, bem como assegurar a cobertura de multas, indenizações e demais encargos decorrentes de eventual descumprimento contratual.

Considerando que se trata de obra de engenharia com múltiplas etapas interdependentes, cuja eventual paralisação ou execução inadequada pode acarretar prejuízos relevantes à Administração e comprometer a entrega do empreendimento, mostra-se tecnicamente adequada a exigência de garantia.

Ademais, o objeto encontra-se vinculado a recursos oriundos de convênio, o que demanda maior rigor no controle, fiscalização e responsabilização quanto à correta aplicação dos recursos públicos.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir garantia nas contratações, fixando-a, como regra geral, em até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, percentual este considerado suficiente e proporcional aos riscos envolvidos na presente contratação.

A contratada poderá optar por qualquer das modalidades de garantia legalmente admitidas, tais como caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme previsto na legislação vigente.

Dessa forma, a exigência de garantia mostra-se necessária, adequada e proporcional, contribuindo para a mitigação de riscos contratuais e para a segurança na execução do objeto.

## **19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A solução proposta mostra-se adequada para o atendimento da necessidade pública identificada, considerando que possibilita o aproveitamento de estrutura existente, aliado à sua ampliação e modernização, garantindo funcionalidade, acessibilidade, eficiência e atendimento às demandas institucionais do Município.

Verificou-se, ainda, que a contratação apresenta compatibilidade com as condições de mercado, viabilidade orçamentária, definição clara do objeto, metodologia executiva consolidada e riscos devidamente mitigados, conforme demonstrado nos elementos técnicos que compõem este estudo.



Adicionalmente, a contratação está alinhada ao interesse público, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento econômico local, promoção da inovação, qualificação profissional e geração de emprego e renda.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é plenamente viável e recomendada, devendo ter prosseguimento com a adoção das providências necessárias à instauração do respectivo processo licitatório, nos termos da legislação vigente.

## **20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

A licitação será realizada na modalidade Concorrência Presencial, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global, com inversão de fases e modo de disputa aberto.

Embora a Lei nº 14.133/2021 estabeleça, como regra geral, a sequência entre apresentação de propostas, julgamento e posterior habilitação, a Administração opta, motivadamente, pela inversão de fases procedimentais, com a realização prévia da habilitação dos licitantes.

A adoção dessa sistemática decorre da elevada complexidade técnica do objeto, o qual contempla execução de estruturas metálicas, estruturas de concreto armado em balanço, escadas especiais em concreto armado, instalação de plataforma elevatória, guarda-corpo em vidro, reformas integradas em estrutura existente e demais serviços especializados, demandando a participação de empresas com comprovada qualificação técnica e capacidade operacional.

A habilitação prévia permite que apenas empresas efetivamente aptas participem da fase competitiva de lances e julgamento das propostas, promovendo maior eficiência administrativa, racionalização procedimental, segurança jurídica e mitigação de riscos relacionados à apresentação de propostas inexecutáveis ou por licitantes sem capacidade técnica compatível com a execução do objeto.

A adoção da forma presencial decorre da necessidade de operacionalização da inversão de fases, considerando que a plataforma eletrônica atualmente



utilizada pela Administração não dispõe de funcionalidade compatível com o procedimento pretendido. Dessa forma, a realização presencial mostra-se necessária para assegurar a adequada condução do certame, preservando-se a competitividade, a segurança do procedimento e a observância ao interesse público, nos termos do art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Para garantia da transparência, publicidade e controle dos atos praticados, a sessão pública será integralmente registrada em áudio e vídeo, com lavratura de ata circunstanciada e posterior juntada aos autos do procedimento licitatório.

☐ Pregão, ☐ Tradicional ☐ SRP

☒ Concorrência Presencial, ☐ Concorrência Eletrônica, ☐ Tradicional ☐ SRP

☐ Concurso

☐ Leilão

☐ Dialogo Competitivo

Justificativa:

A presente contratação tem por objeto a reforma e ampliação e edificação afins de abrigar o centro de desenvolvimento econômico, contemplando a execução de edificação com dois pavimentos, reforma e ampliação de estrutura existente, implantação de cobertura destinada a feiras e eventos, bem como a instalação de sistemas estruturais e equipamentos especiais, tais como estruturas metálicas, escadas em concreto armado com geometrias especiais e plataforma elevatória, caracterizando-se como obra de médio porte porem de elevada complexidade técnica e executiva.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público. Embora a regra geral seja a realização das licitações sob a forma eletrônica, admite-se exceção devidamente motivada quando demonstrada sua inadequação ao caso concreto, conforme previsto no art. 17, §2º.

### **1. Problema Identificado e Impacto na Eficiência Administrativa**

A experiência administrativa do Município de Dois Vizinhos/PR, especialmente em contratações de obras de maior complexidade, evidencia que a realização de certames na forma eletrônica tem atraído número expressivo de licitantes sem a devida qualificação técnica e operacional.





Tal cenário resulta em uma distorção procedimental relevante: diversos licitantes participam da fase competitiva de propostas e lances, porém não reúnem condições de habilitação para execução contratual. Como consequência, após o julgamento, ocorre a inabilitação sucessiva dos classificados, obrigando a Administração a adotar o rito previsto no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, com convocações sucessivas de remanescentes.

Esse procedimento acarreta:

- **morosidade excessiva do certame;**
- **aumento do risco de fracasso da licitação;**
- **insegurança jurídica;**
- **prejuízo ao planejamento administrativo,** especialmente em contratações vinculadas a convênios com prazos definidos.

No caso específico deste convênio, tais atrasos podem comprometer o cronograma pactuado e ensejar risco concreto de perda de recursos, em afronta direta ao princípio da eficiência.

## **2. Fundamentação para a Adoção da Inversão de Fases**

A inversão de fases encontra respaldo expresso no art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021, constituindo mecanismo legítimo de adaptação procedimental, desde que devidamente motivado e com indicação dos benefícios decorrentes.

No presente caso, a adoção da habilitação prévia justifica-se pela necessidade de **qualificação antecipada dos licitantes**, considerando a complexidade do objeto.

### **Benefícios diretos da inversão de fases:**

- **Filtragem técnica prévia,** com eliminação imediata de licitantes sem capacidade;
- **Racionalização da atuação administrativa,** concentrando esforços apenas em propostas válidas;
- **Redução de riscos contratuais,** evitando adjudicação a empresas incapazes;
- **Maior celeridade e previsibilidade procedimental;**
- **Mitigação de litígios e recursos protelatórios.**



Importante destacar que a medida não restringe a competitividade, mas sim **qualifica a disputa**, garantindo que ela ocorra entre agentes efetivamente aptos a executar o objeto.

### **3. Justificativa para Adoção da Forma Presencial**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece preferência pela forma eletrônica, porém admite a forma presencial quando houver motivação idônea, conforme art. 17, §2º.

No presente caso, a justificativa não reside em limitação dos licitantes, mas sim em **inviabilidade técnica do sistema eletrônico utilizado (ComprasGov)**, o qual não disponibiliza funcionalidade que permita a operacionalização da inversão de fases.

Dessa forma, verifica-se uma situação objetiva:

- a inversão de fases é juridicamente possível e tecnicamente necessária;
- o sistema eletrônico não permite sua aplicação;
- a forma presencial torna-se o único meio viável para adoção do procedimento mais eficiente.

Tal fundamentação está alinhada com o entendimento dos Tribunais de Contas, inclusive do TCE/PR, no sentido de que a forma presencial é admitida quando:

- houver **justificativa técnica consistente**;
- restar demonstrada sua **vantagem para a Administração**;
- não houver prejuízo à competitividade.

### **4. Manutenção da Competitividade e Observância aos Princípios Licitatórios**

A adoção da forma presencial não compromete a ampla concorrência, considerando a existência de número significativo de empresas capacitadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, aptas a executar o objeto com qualidade.

Além disso, serão assegurados:

- publicidade integral do certame;
- registro em ata circunstanciada;
- gravação em áudio e vídeo da sessão;
- observância aos princípios da isonomia, transparência e julgamento objetivo.



## 5. Complexidade do Objeto como Elemento Determinante

Ressalta-se que o empreendimento não se limita a obra civil comum, envolvendo múltiplos sistemas construtivos e soluções técnicas integradas, tais como:

- estruturas metálicas de maior complexidade;
- execução de elementos estruturais especiais em concreto armado;
- instalação de equipamentos (plataforma elevatória);
- intervenções em edificação existente.

Tais características reforçam a necessidade de **rigor na aferição da capacidade técnica dos licitantes**, justificando plenamente a inversão de fases como medida de gestão de risco contratual.

## 6. Conclusão

Diante do exposto, a adoção da inversão de fases, associada à realização do certame na forma presencial, constitui medida:

- **legalmente amparada** (arts. 17, §§1º e 2º da Lei nº 14.133/2021);
- **tecnicamente justificada**, diante da complexidade do objeto;
- **operacionalmente necessária**, em razão das limitações do sistema eletrônico;
- **alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público**;
- **compatível com os entendimentos dos órgãos de controle**, especialmente no que se refere à motivação e demonstração de vantagem.

Assim, a medida adotada visa assegurar maior celeridade, segurança jurídica e efetividade na contratação, garantindo a adequada execução do objeto e o cumprimento dos prazos estabelecidos no Convênio nº 1816/2025 – Prioridade nº 108.

Procedimentos auxiliares

( ) Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)

( ) Pré-Qualificação

( ) Procedimento de Manifestação de Interesse, **etc vide art. 78 da Lei.**



Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa  
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço  
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico  
☐ técnica e preço  
☐ maior retorno econômico  
☐ maior desconto  
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto  
☐ Fechado  
☐ Aberto e Fechado  
☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM  
☒ NÃO

**21.** Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ Recursos Próprios  
☒ Recursos Estaduais



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

---

( ) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 17 de junho de 2026.

FABIANO TOSCAN

Chefe de Planejamento de Projetos de Engenharia e Infraestrutura

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 20489-1